GRUPO SETORIAL DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E FINANÇAS PÚBLICAS

Comunicado

Em obediência ao artigo 5º da Lei 8.666-93 atualizada pela Lei Federal 8.883-94 e de acordo à Resolução 5-97, de 24-04-97, publicada em 10-05-97, do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, justificamos e indicamos, a seguir, os pagamentos que devem ser providenciados de imediato para o bom andamento desta pasta, cujo não cumprimento implicará em prejuízos à ordem interna. Tais pagamentos estão sendo efetuados, excluindo-se da ordem cronológica da inscrição no Sifam:

PDS a serem pagas

260001

Data: 2-3-2012

UG LIQUIDANTE	Nº PD	VALOR R\$
260101	2012PD00232	33,19
TOTAL		33,19

UG LIQUIDANTE	Nº DA PD	VALOR R\$
260106	2012PD00197	76,04
TOTAL		76,04

UG LIQUIDANTE	Nº DA PD	VALOR R\$
260107	2012PD00180	66,38
260107	2012PD00181	51,63
TOTAL		118,01

UG LIQUIDANTE	Nº DA PD	VALOR R\$
260113	2012PD00465	400,13
260113	2012PD00466	400,13
260113	2012PD00467	1.000,00
260113	2012PD00468	1.000,00
TOTAL		2.800,26

UG LIQUIDANTE	Nº DA PD	VALOR R\$
260117	2012PD00077	3.000,00
TOTAL		3.000,00
TOTAL GERAL		6.027,50

INSTITUTO GEOLÓGICO

Portaria do Diretor-Técnico de Departamento, de 29-2-2012

Designando, nos termos do artigo 67 e 73 da Lei Federal 8.666-93 e artigo 67 e 73 da Lei Federal 8.666-93 e artigos 64 e 70 da Lei Estadual 6.544-89, a funcionária Zenilda Silva Santos Nascimento, RG 11.754.494-2, como Responsável, para acompanhar e Fiscalizar a execução do Contrato 011-2011, firmado com a Empresa AR Projeto Ambiental Ltda., EPP, objetivando a prestação de serviços comuns de engenharia para retirada de tanques e implantação de sistema de remediação de águas subterrâneas e de monitoramento hidroquímico em terreno onde se localiza o prédio pertencente ao Instituto Geológico na Rua Anhaia, e compor o Grupo Técnico de acompanhamento dos serviços os funcionários Mara Akie Iritani, RG 14.164.286, Geraldo Hideo Oda, RG 4.178.070, e Luciana Martin Rodrigues Ferreira, RG 19.149.29. (Processo SMA-6.067-11). (IG-7-2012).

COORDENADORIA DE BIODIVERSIDADE E RECURSOS NATURAIS

Despachos da Coordenadora, de 1º-3-2012

Designando, nos termos do artigo 67 da Lei 8.666-93: a funcionária Thais Caliri dos Santos Okano, RG 32.279.056-6, como responsável pela fiscalização e acompanhamento do Contrato 21-2011, firmado com a Ferreira Costa & Gamba Costa Ltda., para contratação de serviços de limpeza, asseio e conservação predial no Centro Técnico Regional de Araçatuba, a partir de 01-03-2012.

a funcionária Thais Caliri dos Santos Okano, RG 32.279.056-6, como responsável pela fiscalização e acompanhamento do Contrato 19-2011, firmado com a empresa Padaria, Confeitaria e Lanchonete Bandeirante de Araçatuba Ltda., para contratação e fornecimento de alimentação para os funcionários do Centro Técnico Regional de Araçatuba, a partir de 01-03-2012.

DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO E MONITORAMENTO

Comunicado

O Departamento de Fiscalização e Monitoramento faz publicar o conteúdo do Ofício CBRN-CA-136-2011, em relação ao Auto de Infração Ambiental cujo autuado não foi localizado para entrega de correspondência via Correios.

Auto de Infração Ambiental 143.727/2003

Autuado: Antonio Carlos Leão Carbo Martins

CPF 047.665.338-01

RG 11.002.836-SP

Município: Piracicaba - SP

Motivo da Publicação: Trata o presente de comunicação de duplicidade de pagamento para o presente AIA, conforme pagamentos realizados através de Documento de Arrecadação em 29-09-2003 e GARE-DR em 27-11-2008.

Informamos que a restituição da quantia de R\$ 2.845,22 paga através de cobrança judicial poderá ser realizada mediante o envio de solicitação ao Núcleo de Orçamento e Finanças – CBRN (Av. Frederico Hermann Jr. 345 – Prédio 12 – 2º andar, Alto de Pinheiros, São Paulo - SP), devidamente instruída com informações e cópias de documentos pessoais (RG/CPF), bem como a indicação de uma conta corrente, preferencialmente do Banco do Brasil, para a efetivação do crédito.

Procuradoria Geral do Estado

GABINETE DO PROCURADOR GERAL DO ESTADO

CENTRO DE ESTUDOS

Comunicado

A Procuradora Chefe do Centro de Estudos da Procuradoria Geral do Estado Comunica aos Procuradores do Estado que estão abertas cento e quarenta vagas para inscrição no II Encontro da Área da Consultoria Geral que será realizado no dia 16 de março de 2012, das 9h às 17h30, no Hotel Pestana, São Paulo/SP, com o seguinte conteúdo programático:

9h00 - Abertura: Elival da Silva Ramos - Procurador Geral do Estado.

9h15 – Palestra: "Organização Estatal e Contratações Públicas – Tendências e Desafios" - Carlos Ari Sundfeld – Advogado, Professor FGV/SP e PUC/SP, ex-Procurador do Estado.

10h45 – Coffe Break

11h - Palestra: "As Eleições Municipais de 2012 e as Condições Vedadas aos Agentes Públicos e à Administração Pública Estadual" - Flávio Luiz Yarshell – Professor USP/SP e Juiz do Tribunal Regional Eleitoral, classe jurista (2007/2012)

12h30 - Almoço

14h00 – Painéis simultâneos:

Tema 1 - "As contratações recorrentes e a atuação das Consultorias Jurídicas".

Tema 2 - "Regime Previdenciário do Servidor Público: prevenção complementar".

Tema 3 - "Direito Administrativo Disciplinar: prescrição; inimputabilidade do acusado; aplicação da pena (desclassificação, mitigação e dosimetria)".

15h45 – Coffe Break

16h - Debates "Questões administrativas da Área da Consultoria Geral: informatização; propostas formuladas em 2011; Anteprojeto de Lei Orgânica da PGE." - Expositor: Adalberto Robert Alves – Subprocurador Geral do Estado da Área da Consultoria Geral.

17h30 – Encerramento.

As inscrições deverão ser encaminhadas ao Serviço de Aperfeiçoamento do CE, até o dia 8 de março de 2012, às 17h00, pelo fax (11) 3130-9512 ou por correio eletrônico – Notes (Aperfeiçoamento Centro de Estudos/PGE/BR), nos termos do modelo em anexo. Das cento e quarenta vagas oferecidas, cento e vinte são reservadas aos Procuradores do Estado em exercício na área da Consultoria Geral e, em razão da perspectiva de realização de concurso de remoção interna no decorrer deste exercício, vinte vagas poderão ser preenchidas por Procuradores do Estado de outras áreas. Caso o número de inscritos supere o número de vagas, será realizado sorteio em sessão pública no Centro de Estudos da PGE, Rua Maria Paula, 67, 8º. andar, às 17h30 do dia 8 de março. Será oferecido almoço aos participantes nas dependências do hotel. Se for o caso, os inscritos receberão diárias e reembolso de despesas de transporte, nos termos da Resolução PGE n.º 59, de 31.01.2001.

ANEXO

Senhora Procuradora Chefe do Centro de Estudos da Procuradoria Geral do Estado,

_____, Procurador (a) do Estado, em exercício na _____, telefone _____ e-mail _____, domiciliado na _____, vem respeitosamente à presença de Vossa Senhoria requerer sua inscrição no II Encontro da Área da Consultoria Geral, que será realizado no dia 16 de março de 2012, das 9h às 17h30, no Hotel Pestana, localizado à Rua Tutóia, 77 – Jardim Paulista – Jd. Paulista, São Paulo/SP.

Assinatura:

Local e Data:

"De acordo" da Chefia da Unidade:

Extrato de Contrato

Processo CE nº 17040-78821/2012

Contrato nº 01/2012

Contratante: Centro de Estudos da Procuradoria Geral do Estado

Contratada: Tristar Viagens e Turismo Ltda - EPP

Objeto: Prestação de serviços especializados de hospedagem, locação de salas de eventos e reunião, fornecimento de refeições e serviço de coffee-break para a realização do 2º Encontro de Procuradores do Estado de São Paulo da Área de Consultoria Geral

Vigência: 28/02/2012 a 30/05/2012

Valor total: R\$ 35.500,00

Assinatura: 28/02/2012

PROCURADORIAS REGIONAIS

PROCURADORIA REGIONAL DE SANTOS

Comunicado

Credenciamento de Profissionais para Elaboração e Conferência de Cálculos em, ou para, Ações Judiciais de Interesse da Fazenda do Estado, Realizado Pela Procuradoria Regional de Santos para a 1ª Subprocuradoria – Seccional de Santos.

1- O Procurador do Estado respondendo pelo expediente da Procuradoria Regional de Santos faz saber que se acham abertas as inscrições para o procedimento de credenciamento de profissionais legalmente habilitados e tecnicamente experientes para a elaboração e conferência de cálculos em, ou para, ações judiciais de interesse da Fazenda do Estado de São Paulo, que está submetido aos termos e condições estabelecidos no regulamento anexo à Resolução PGE-17, de 10/09/2005 (acessível através do site www.pge.sp.gov - item serviços - subitem Atos Normativos PGE).

2- As inscrições deverão ser feitas por meio de requerimento, cujo modelo integra este edital como Anexo I, subscrito pelo interessado, no horário das 9h às 12h e das 14h às 17h, no período de 05 a 13 de março de 2012, na sede da Procuradoria Regional de Santos, sito na Rua Itororó, 59, Centro, Santos/SP.

2.1. O requerimento deverá estar instruído com:

- fotocópia autenticada do documento de identidade;
- fotocópia autenticada do certificado de conclusão de curso superior e/ou equivalente;
- fotocópia autenticada do registro profissional expedido pelo respectivo Conselho Regional;
- currículo resumido da formação escolar e da experiência profissional;

e) documento expedido pelo respectivo Conselho Regional, atestando que o candidato está legalmente habilitado para o exercício de suas atribuições profissionais, salientando que a data desse documento deverá ser posterior à data da publicação deste edital;

f) declaração do interessado de que não é autor de ação judicial contra a Fazenda do Estado.

3- O atendimento dos requisitos estabelecidos neste edital será verificado por Comissão de Procuradores do Estado após entrevista presencial, cuja data será publicada na imprensa oficial do Estado, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis.

3.1. Serão critérios para seleção:

- habilitação legal para a realização da tarefa;
- experiência profissional;
- interesse e disponibilidade.

3.2. Na entrevista, o candidato poderá apresentar certidões de perícias ou assistências periciais judiciais por ele realizadas e outros documentos que possam demonstrar sua aptidão para a execução das tarefas descritas no item 4 deste edital.

4- As tarefas que poderão ser solicitadas ao profissional credenciado consistem em:

- elaboração, atualização e refazimento de cálculos judiciais;
- exame de cálculos decorrentes de condenação judicial, envolvendo matemática financeira e outras especificações técnicas, devendo ser indicados eventuais erros ou incorreções;
- prestação de informações e esclarecimentos sobre o trabalho realizado ao Procurador do Estado responsável pela ação judicial ou pelo superior hierárquico deste;
- elaboração de cálculos preparatórios de ações judiciais.

5 - A tarefa será realizada sob orientação do Procurador do Estado responsável pela ação judicial e o profissional responderá civil e criminalmente pelos danos causados ao Erário, por dolo ou culpa.

5.1. O Procurador do Estado responsável pela ação judicial atestará a regularidade da tarefa, no prazo de 3 (três) dias úteis contados de sua apresentação.

6 - O pagamento pela tarefa regularmente realizada será efetuado no prazo de 30 (trinta) dias contados do encaminhamento ao Procurador do Estado Chefe, do atestado de

recebimento e regularidade da tarefa, subscrito pelo Procurador do Estado responsável pelo processo, acompanhado de requerimento do interessado e de cópia do trabalho que dará origem ao pagamento.

6.1. O pagamento será efetuado mediante depósito em conta corrente em agência do Banco do Brasil S/A, titularizada pelo profissional.

7- A remuneração pela tarefa regularmente executada será feita de acordo com a Tabela de Honorários aprovada pelo Procurador Geral do Estado, que integra este como Anexo II.

8- Aplicam-se a este procedimento as disposições do regulamento anexo à Resolução PGE nº 17, de 10/09/05.

ANEXO I

MODELO DE REQUERIMENTO DE INSCRIÇÃO

Ilustríssimo Senhor Procurador do Estado respondendo pelo expediente da Procuradoria Regional de Santos.

_____, (qualificação), (endereço), (telefone), (e-mail), vem respeitosamente à presença de Vossa Senhoria, requerer sua inscrição para o procedimento de credenciamento de profissionais para elaboração e conferência de cálculos em, ou para, ações judiciais de interesse da Fazenda do Estado de São, anexando os documentos necessários, nos termos da Resolução PGE-17, de 10 de setembro de 2005.

_____, (local/data).

Assinatura:

ANEXO II

TABELA DE HONORÁRIOS DE CONTADOR CREDENCIADO EM UNIDADE DA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

1. A remuneração de tarefa e conferência de cálculos judiciais em ações de interesse da Fazenda do Estado ou em que seja parte beneficiários da Procuradoria de Assistência Judiciária, realizados por profissional credenciado será feita tendo em vista a complexidade do cálculo, na seguinte conformidade:

- COMPLEXIDADE MENOR: R\$ 50,00
- COMPLEXIDADE MÉDIA: R\$ 100,00
- COMPLEXIDADE MAIOR: R\$ 150,00.

1.2 - São exemplos de cálculos de complexidade mínima:

1.2.1 - indenizações, com valores fechados (acidente automobilístico, p.ex.) ou em casos de pensionamentos mensais, tendo por base o salário da vítima.

1.2.2 - Incluem-se nestes cálculos, o cômputo da correção monetária, dos juros, dos honorários e do reembolso de despesas;

1.2.3 - cálculo de multas administrativas diversas, acrescidas de custas judiciais.

1.3- São exemplos de cálculos de complexidade média:

- cálculos trabalhistas;
- anulação de ato de demissório;
- revisão de preços em contratos administrativos;
- cálculo de atualização monetária de valores que foram objeto de repetição de indébito.

1.4 - São exemplos de cálculos de complexidade máxima:

1.4.1 - cálculos envolvendo concessão de benefícios para servidores;

1.4.2 - verificação de insuficiência dos depósitos feitos em precatórios judiciais.

2. É atribuição do Procurador do Estado Chefe da Unidade definir a complexidade do cálculo nos demais casos.

CODIGO	TIPO DE AÇÃO	VALOR
001	Ação de Alimentos	R\$ 50,00
002	Ação de Despejo	R\$ 50,00
003	Ação de Cobrança (geral)	R\$ 50,00
004	Ação de revisão de contrato bancário	R\$ 100,00
005	Ação de revisão de financiamentos	R\$ 100,00
006	Ação de indenização	R\$ 100,00
007	Ação trabalhista	R\$ 100,00
008	Revisão de saldo de FGTS	R\$ 100,00
009	Ação de desapropriação	R\$ 150,00
010	Execução contra Fazenda Pública	R\$ 150,00
011	Revisão de benefícios previdenciários	R\$ 150,00

SECCIONAL DE REGISTRO

Comunicado

A Comissão de concurso para a seleção de estagiários de Direito para a Seccional do Vale do Ribeira da Procuradoria Regional de Santos, órgão de execução da Procuradoria Geral do Estado, faz saber que estarão abertas, do dia 06 a 23 de março de 2012, as inscrições para Estágio de estudantes de Direito, para preenchimento de 01 (uma) vaga já existente, até o limite de 02 (duas), ressalvada a hipótese da criação, durante o prazo de validade do certame, de outras vagas destinadas à Procuradoria Seccional do Vale do Ribeira, na área do Contencioso Judicial e Tributário, com Sede instalada na rua José Antonio de Campos, n. 328, Piso Superior, Registro (SP) (A Seccional atende as Comarcas de Registro, Cananéia, Eldorado, Iguape, Jacupiranga, Quiriú e Miracatu e a Varga Distrital de Pariqueira-açu).

As inscrições serão efetuadas exclusivamente no endereço eletrônico www.pge.sp.gov.br.

O candidato deverá estar matriculado no 7º, 8º, 9º ou 10º semestre da Faculdade de Direito oficial, autorizada ou reconhecida.

Não serão reservadas vagas às pessoas portadoras de deficiências, tendo em vista que a fração decorrente da aplicação do percentual de 10% de reservas de vagas prevista no art. 17 da Lei 11.788, de 25 de setembro de 2008 não atinge uma vaga inteira (Lei Complementar Estadual 668, de 18-9-1992).

O(A) candidato(a) aprovado(a) deverá, quando da Assinatura do Termo de Assunção das Funções de Estagiário, firmar declaração de que não participa de outro estágio em órgão do Poder Público ou em escritório de advocacia que atue contra a Fazenda do Estado, judicial ou extrajudicialmente, e que não existe contra sua pessoa nenhum processo ou condenação criminal.

O(A) candidato(a) que não estiver inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil - OAB, Seção de São Paulo deverá, no prazo de 10 dias após o credenciamento, comprovar que requereu a necessária inscrição.

A prova será realizada no dia 30 de março de 2012, às 13h30, na Diretoria Regional de Ensino de Registro, situada na rua Vitória, n. 465, Jardim América, Registro (SP).

Os(As) candidatos(as) deverão comparecer no dia e local indicados para realização do exame, consistente em prova escrita, composta de uma parte objetiva, contendo 40 (quarenta) questões de múltiplas escolhas, cada qual com 4 (quatro) alternativas de resposta, sendo apenas uma correta, além de uma dissertação que deverá ser desenvolvida em, no mínimo, 10 (dez) e, no máximo, 30 (trinta) linhas.

As questões de múltipla escolha versarão sobre Direito Civil, Direito Tributário, Direito Processual Civil e Direito Constitucional; a dissertação versará sobre tema da disciplina de Direito Processual Civil ou Direito Constitucional, conforme o conteúdo programático contido no anexo I deste edital.

Cada questão correta da prova objetiva valerá dois pontos e a prova discursiva, que, além do acerto da abordagem jurídica, também levará em conta a correção gramatical do texto, valerá de 0 (zero) a 20 (vinte) pontos.

Em caso de empate na classificação, terá preferência, sucessivamente, o(a) candidato(a) que obtiver maior nota na dissertação, na prova de Direito Constitucional, Direito Processual Civil, Direito Tributário e de Direito Civil. Persistindo o empate, terá preferência o(a) candidato(a) mais idoso(a).

A prova escrita terá duração total de 2h30 (duas horas e trinta minutos), devendo o(a) candidato(a) comparecer ao local indicado com 30 (trinta) minutos de antecedência, munido(a) de cédula de identidade e caneta esferográfica azul ou preta. O não comparecimento implicará na desclassificação do(a) candidato(a). Não será permitido o ingresso de candidatos(as) aos locais de prova usando camiseta regata, bermuda, shorts, calças curtas ou chinelos.

Durante a realização das provas não será permitida a consulta a qualquer legislação, doutrina, jurisprudência, ou anotações afins.

Caso o(a) candidato(a) utilize-se de qualquer meio fraudulento durante a execução da prova, a critério da Comissão de Concurso respectiva, será eliminado(a) do certame.

Durante a realização das provas, é vedado, ainda, o uso de aparelhos de telecomunicação, tais como telefones celulares, bip's, pagers, rádios, walkmans, cd players, tablets, fones de ouvido, bem como qualquer espécie de equipamento eletroeletrônico. O(A) candidato(a) que fizer uso de tais equipamentos será excluído(a) do certame.

A seleção e a classificação dos(as) candidatos(os) serão feitas com base na nota obtida na prova escrita, sendo considerado aprovado(a) aquele(a) que obtiver a nota igual ou superior a 50 (cinquenta) pontos, equivalente a média de 50% (cinquenta por cento) da prova escrita, em escala de 0 (zero) a 100 (cem).

O credenciamento dos(as) candidatos(os) aprovados(os) será feito de acordo com a ordem de classificação e as disponibilidades orçamentárias e financeiras da Procuradoria Regional de Santos, observando-se o limite de vagas existentes na Seccional do Vale do Ribeira.

Os(As) estagiários(as) cumprirão jornada semanal de 20 (vinte) horas, percebendo bolsa mensal de valor correspondente a R\$ 700,00 (setecentos reais), bem como auxílio-transporte, no valor de R\$ 6,00 (quatro reais) por dia de comparecimento, nos termos do Decreto Estadual 56.013, de 15 de julho de 2010.

O estágio não confere ao estagiário vínculo empregatício com o Estado, sendo vedado estender-lhe direitos ou vantagens asseguradas aos servidores públicos.

Este concurso terá validade de um ano, contados da data da homologação.

Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão do concurso, no âmbito de suas atribuições.

As informações podem ser obtidas no "site" da Procuradoria Geral do Estado: www.pge.sp.gov.br, na medida da disponibilidade do "site", ou pessoalmente nos endereços de inscrição.

ANEXO I

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

01. DIREITO CONSTITUCIONAL: Constituição Federal. a) princípios fundamentais (arts. 1º ao 4º); b) Dos Direitos individuais e coletivos e dos Direitos Sociais (art. 5º ao 11); c) Administração Pública (arts. 37 ao 42); d) do Processo Legislativo (arts. 59 a 69) e) Poder Executivo (arts. 76 ao 91) Poder Judiciário (arts. 92 ao 126); Das Funções Essenciais à Justiça (arts. 127 ao 135);

02. 03. DIREITO CIVIL. a) Lei de Introdução ao Código Civil; b) Parte Geral do Código Civil; c) Teoria Geral das Obrigações.

04. DIREITO PROCESSUAL CIVIL. a) Jurisdição, Processo e Ação; b) Sujeitos do Processo. Partes e Procuradores; c) Competência; d) Pressupostos processuais e condições da ação; e) Atos Processuais. O ato Processual no tempo e no espaço. Vícios do Ato Processual; f) Formação, suspensão e Extinção do Processo; g) Processo de conhecimento. Ordinário e sumário; h) Processo de Execução.

04. DIREITO TRIBUTÁRIO. a) Conceito e classificação dos tributos; b) Obrigação principal e obrigação acessória; c) Imunidade e isenção tributárias; d) contribuinte e responsável tributário; e) prescrição e decadência; f) Lei de Execução Fiscal (Lei 6.830/80).

PROCURADORIA REGIONAL DE CAMPINAS

Despacho da Procuradora do Estado Respondendo pelo Expediente, de 2-3-2012

No Processo nº18802-97532/2012 – Convite BEC – Oferta de Compra de nº. 400114000012012oc0005, para os efeitos do disposto no inciso VI do artigo 43 da Lei Federal nº 8.666/93, com alterações posteriores, combinado com o inciso VI do artigo 40 da Lei Estadual nº 6.544/89 e alterações posteriores, Homologo o resultado do Convite BEC abaixo discriminado e Adjudico o seu objeto as empresas com seguem:

- OC Nº 400114000012012oc0005 – CV nº– 1526/2012 – Karisma Com. de Mat. de